



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª/SR – Gerência de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

Anexo I: Justificativas

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação:

A necessidade de contratação justifica-se por razões de interesse público, pois é sabido que na região nordeste, em especial no semiárido, há dificuldade de acesso à água pela população, quer seja pelo déficit hídrico da região, quer seja por questões socioeconômicas.

A implantação de infraestruturas, como a que se pretende construir por meio desta contratação, contribuirá para a universalização do acesso à água, um dos princípios fundamentais da Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, entendidos como conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Dessa forma, torna-se necessária a contratação dos serviços objeto da presente licitação para atender a demanda de municípios da área de atuação da Codevasf, no âmbito da 6ª Superintendência Regional, visando a melhoria da qualidade de vida da população a ser beneficiada, indo de encontro à missão institucional da Codevasf.

Regime de execução: Empreitada por Preços Unitários:

Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será feito com base nas medições das unidades efetivamente executadas.

Apesar do ótimo nível de detalhamento do projeto básico ou executivo, o qual define as metodologia e tecnologia a serem utilizadas para sua execução, existem serviços que possuem certo grau de incerteza na definição dos quantitativos devido às suas características executivas, a exemplo de escavação de valas em areia e em rocha, reaterro de valas, momento de transporte de material para aquisição e para bota-fora.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois serão pagos somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada.

Participação de Consórcios:

Não será permitida, na presente licitação, a participação de empresas em consórcio, tendo em vista, que o objeto em questão não é considerado de alta complexidade ou vulto, sendo, portanto, improvável a geração de algum fator técnico, operacional ou econômico, que venha privar a participação de empresas consideradas do ramo para execução do presente objeto.

Participação de Cooperativa:

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço exige uma gestão



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª/SR – Gerência de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

operacional centralizada e não concede autonomia dos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017.

Participação de Subcontratação:

Será permitida a subcontratação dos seguintes serviços objeto deste TR, com anuência prévia da Codevasf: serviços topográficos e geotécnicos, serviços de fundação, serviços ambientais, serviços de elétrica, automação e extensão de rede de energia. Essas atividades podem ser entendidas como atividades auxiliares e que, por não dizerem respeito às atividades fim da CONTRATADA, não são, muitas das vezes, objeto de execução diretamente pelas mesmas.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Regularização Fundiária – Desapropriação:

No projeto foram identificadas áreas que precisarão de regularização fundiária. A documentação está sendo providenciada pelo Setor Fundiário da Codevasf, que deverá regularizar as áreas antes da emissão da Ordem de Serviço.

Critério de Julgamento:

Maior Desconto, de acordo com o Art. 54 da Lei n.º 13.303/2016.

Divulgação do valor orçado:

Divulgado: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

Aprovação do Projeto Básico:

O projeto básico foi contratado no âmbito do Contrato nº 6.007.00/2013, cujos documentos seguem anexos, quais sejam: Nota Técnica do fiscal aprovando o projeto e o Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF).



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª/SR – Gerência de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

Qualificação Técnica:

Os itens, que compõe a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente TR, foram selecionados conforme a complexidade de execução, a qualificação técnica exigida para sua realização e o valor financeiro que representa para a obra. Levando-se em consideração esses critérios, não necessariamente de forma cumulativa, foram selecionados os itens abaixo:

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE
1.0	Assentamento de tubo diâmetro igual ou superior a 100mm	15.551 m
2.0	Escavação de vala em rocha sã 0 a 2m	5.452 m³
3.0	Escavação de vala mecanizada em solo de 1ª ou 2ª categoria 0 a 2m	18.236 m³
4.0	Aterro ou reaterro compactado de vala	14.093 m³

Licença Ambiental:

A Licença Ambiental do presente empreendimento está sendo requerida pela 6ª/GRR/UMA junto ao órgão competente, neste caso o INEMA (Requerimento de nº 2023.001.047472/INEMA/REQ) – (Peça 39).

Além disso, a área ambiental da Codevasf (AR/GMA), por meio do E-mail nº 54/2023 (Peça 56), informou que *“Em atenção ao processo e-codevasf nº 59500.002542/2023-23-e, referente ao Sistema de Abastecimento de Água dos povoados Junco - Curral Velho, informo que o licenciamento foi requerido ao INEMA - Requerimento de nº 2023.001.047472/INEMA/REQ - que enquadrou o empreendimento em licenciamento simplificado, não sendo passível, portanto, de Licença Prévia - LP. Com este entendimento, não há óbice ambiental ao processo licitatório, ficando condicionada a ordem de serviço do Contrato de obra após a emissão da licença simplificada”*.

Responsável pelas informações:

LUIS CLAUDIO GOMES SANTOS
Chefe da 6ª/GRR/USA